

Muito além da “Lei de Wagner”: o pensamento econômico de Adolph Wagner[♦]

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho¹

Resumo

O artigo procura interpretar elementos teóricos e metodológicos da obra de Wagner, tendo como referência três grandes conflitos da época em que viveu o autor: o debate teórico-metodológico sobre a existência e a relevância de uma teoria econômica completamente autônoma em relação às demais ciências humanas; o conflito em torno da formação e do nível de desenvolvimento econômico de um país dos falantes de língua alemã e a “questão social” e os conflitos de classe ligados à urbanização e à industrialização. O autor advogou a atuação do Estado como meio para promoção do desenvolvimento econômico e da reforma social. Wagner desenvolveu um ponto de vista sofisticado acerca das relações entre poder público e mercados, o qual enfatizava a interdependência e a coevolução de Estados nacionais e economias nacionais.

Palavras-chave

Escola histórica alemã; Reforma social; Adolph Wagner.

Abstract

The article seeks to interpret theoretical and methodological elements of Wagner’s work with reference to three major conflicts of the time in which the author lived: the theoretical-methodological debate on the existence and relevance of an economic theory that is completely autonomous in relation to other human sciences; the conflict over the formation and level of economic development of a German-speaking country; the “social question” and class conflicts linked to urbanization and industrialization. The author advocated the role of the State as a promoter of economic development and social reform. Wagner developed a sophisticated point of view about the relationship between government and markets, which emphasized the interdependence and coevolution of national states and national economies.

Keywords

German historical school; Social reform; Adolph Wagner.

JEL Classification

B15; B41; H11; Z10.

[♦] O autor agradece pelos comentários, críticas e sugestões do editor Rogério Arthmar e dos pareceristas anônimos, que contribuíram para o aprimoramento do trabalho. Eventuais erros e omissões são de inteira responsabilidade do autor.

¹ Professor Adjunto – Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei – End: Av. Visconde do Rio Preto, s/n – Campus Tancredo de Almeida Neves - Prédio de Ciências Econômicas - Sala 2.19 – Colônia do Bengo – CEP: 36301-360 – São João del-Rei – MG Brasil – E-mail: marcelosbmf@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6322-3496>.
Recebido: 03/08/2022. Aceito: 08/08/2023.
Editor Responsável: Rogério Arthmar



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

1. Introdução

Adolph Wagner (1835-1917) foi, ao lado de Gustav Schmoller, um dos mais célebres autores de economia do Império Alemão. Nasceu na Bavária, em uma família de professores universitários e pesquisadores, e estudou jurisprudência e Staatswissenschaften (ciências do Estado) nas Universidades de Göttingen e Heidelberg, entre 1853 e 1857. Realizou pesquisa de doutorado sobre a história e a teoria do sistema bancário. Foi professor na Academia Comercial de Viena (1858-1863), onde começou a desenvolver trabalho sobre finanças públicas. Também lecionou em Hamburgo e, posteriormente, em Dorpat, então na Rússia (atualmente na Estônia), de 1864 a 1868, e em Freiburg. Entre 1870 e 1917, foi professor na Universidade de Berlim, onde foi também reitor.

As pesquisas de Wagner sobre o sistema bancário o levaram a rejeitar a teoria quantitativa da moeda e a desenvolver uma concepção de moeda endógena, que antecipou ideias posteriormente trabalhadas pela teoria estatal da moeda e pela abordagem pós-keynesiana (Chaloupek 2018; Alcouffe e Baslé 2009).¹ No final da década de 1860, Wagner aproximou-se das ideias socialistas, notadamente a partir da leitura de Johann Karl Rodbertus (Wagner 1934; Lindenfeld 1997, p.221-222), pioneiro na defesa do “socialismo de Estado”, e continuou, nos anos seguintes, se afastando das ideias econômicas liberais clássicas. De acordo com Lindenfeld (1997, p.222), Wagner admitiu, em 1873, que anteriormente considerava as ideias socialistas “noventa e cinco por cento falsas” e que então as considerava “noventa e cinco por cento verdadeiras”. Entretanto, será notado que Wagner discordava dos socialistas revolucionários e defendia uma posição que preferia rotular de “socialista de Estado”, em vez da expressão mais popular à época, “socialista de cátedra”.

As interpretações em torno da obra do autor e do contexto histórico no qual viveu são diversas e polêmicas. No que se refere ao contexto histórico da obra de Wagner, por um lado, alguns autores destacaram a excepcionalidade do conservadorismo, do autoritarismo e do militarismo das elites políticas e intelectuais do Império Alemão (Moore Junior 1975; Fischer 1975; Ringer 2001). Por outro lado, algumas interpretações destacam que o autoritarismo e o militarismo não eram características exclusivamente germânicas, mas seriam parte de ideologias típicas das classes dominantes da época, que incluiriam, por exemplo, o “imperialismo liberal”

¹ A teoria monetária de Wagner não será tratada neste artigo.

e a “supremacia branca”, presentes na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos (Hobsbawm 1988, 1997; Losurdo 2006; Pitts 2005; Kemp 2013; Grimmer-Solem 2019).

Em relação à obra de Wagner, as interpretações também são bastante distintas. O autor foi uma referência central do pensamento econômico europeu do final do século XIX. Porém, sua obra, com exceção da contribuição sobre finanças públicas, ficou em relativo ostracismo a partir da Primeira Guerra Mundial e acabou, juntamente com as reflexões dos economistas alemães do período, ficando rotulada como antiteórica e superficial. Schumpeter (1954, p.818), por exemplo, argumenta sobre Wagner que, com exceção das áreas de finanças públicas e economia monetária, “sua originalidade e mesmo sua competência na análise econômica não podem ser consideradas elevadas”. Veblen (1901, p.308-309) caracteriza o trabalho do autor como valioso do ponto de vista histórico e científico, mas sem relevância no que se refere à teoria econômica. Uma das únicas contribuições do autor que é debatida pela literatura contemporânea é a chamada “Lei de Wagner” (Forte e Magazzino 2018; Musgrave e Peacock 1967; Alcouffe e Baslé 2009), que é tratada mais como uma regularidade estatística do que como uma tendência histórica identificada pela análise teórica e empírica do autor. Uma leitura polêmica, a de Jacob Viner (1963, p.20-21), considerou que não era um “exagero grosseiro” afirmar que Wagner antecipou muito do “autoritarismo, racismo, militarismo e socialismo de Estado” do regime nazista. Em uma direção completamente oposta à de Viner, autores que nas últimas décadas vêm tentando reinterpretar as contribuições da escola histórica alemã, consideram as contribuições de Wagner e Schmoller fundamentais para a construção das instituições de “bem-estar social” presentes nas sociedades contemporâneas (Balabkins 1993/1994; Ikeda 2008; Backhaus, Chaloupek e Frambach 2018).

Diferentemente da literatura sobre o autor mencionada acima, que analisa apenas algum aspecto pontual de sua obra – como a teoria monetária, a “Lei de Wagner” ou a defesa da reforma social –, este artigo procurará interpretar de forma ampla elementos teóricos e metodológicos centrais da obra de Wagner, tomando como referência três grandes conflitos da época, um deles teórico-metodológico, outro geopolítico e o terceiro socioeconômico. A leitura da obra de Adolph Wagner, tendo como referência os conflitos fundamentais da época, permitirá superar as leituras reducionistas e parciais e compreender suas múltiplas facetas, aparentemente contraditórias.

O primeiro conflito refere-se à divisão do trabalho nas ciências humanas e à própria existência e relevância de uma teoria econômica completamente autônoma em relação às demais ciências humanas. Em relação à essa questão, Wagner advoga a possibilidade de uma reflexão puramente econômica, embora limite o escopo e a importância desse tipo de reflexão, se contrapondo a Schmoller, que advoga a posição de que não é possível compreender adequadamente a economia de modo descolado da história e das demais humanidades.

O segundo conflito central para o entendimento da obra do autor refere-se à existência e ao nível de desenvolvimento econômico de um país dos falantes de língua alemã. Estados nacionais e economias nacionais são interdependentes e coevoluem conjuntamente, segundo Wagner. Esse ponto de vista – presente de modo similar nas obras de List, Schmoller e outros autores alemães do século XIX – diferencia-se da visão de que os Estados são entidades externas à economia e apenas intervêm pontualmente nela, concepção presente em algumas elaborações neoclássicas, keynesianas e mesmo marxistas contemporâneas (Fiori 1999). O desenvolvimento econômico depende, de acordo com Wagner, da construção de um conjunto articulado de instituições jurídicas e econômicas organizadas a partir de um Estado nacional.

A terceira grande disputa que estruturou a obra do autor se deu entre capitalistas e trabalhadores, representada na economia política pelo conflito entre as tradições clássica e marxista. Wagner procurou adotar uma posição intermediária entre o *laissez-faire* e o socialismo revolucionário, não só porque não vislumbrava a possibilidade nem da existência de uma economia centrada apenas em forças mercantis, nem de uma sociedade socialista completamente democrática e igualitária, mas porque argumentou que a reforma social é a estratégia mais adequada para o aprimoramento da vida nas sociedades modernas. A reforma social, além de aplacar os distúrbios da sociedade alemã, poderia contribuir com seu desenvolvimento e sua coesão frente a ameaças externas.

As demais partes deste artigo estão estruturadas da seguinte maneira: a próxima seção apresenta o tema da metodologia da economia política; o terceiro item trata da relação entre Estados nacionais e economias nacionais; na quarta parte do texto, o tema da reforma social é apresentado e a última seção contém as considerações finais.

2. Método do pensamento econômico

Schmoller é considerado o principal nome da nova escola histórica, da qual Wagner procurou, como veremos, se afastar. O ano de 1843 é considerado o ano de início da escola histórica alemã, marcado pela publicação do livro “Princípios de leitura em economia política de acordo com o método histórico”, de Wilhelm Roscher (1843). A escola histórica alemã, que possui entre seus antecedentes o cameralismo, o romantismo alemão e a escola histórica do direito, entre outras correntes do pensamento alemão que procurou superar, enfatiza a importância das instituições, da análise histórica, do diálogo com o direito, com a filosofia e com as ciências humanas de modo geral, para a compreensão da economia e procura se contrapor ao pensamento dominante em economia naquele período: a escola clássica. Os autores ligados à escola histórica alemã criticavam o excesso de abstração, de irrealismo e a insuficiente análise histórica da economia política clássica.

Historiadores do pensamento econômico (Grimmer-Solem 2003; Shionoya 2005; Tribe 2003; Pearson 2008) geralmente dividem a abordagem em três gerações: a velha escola histórica, liderada por Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898); a nova escola histórica, que tem como principais nomes Gustav Schmoller (1838-1917), Lujó Brentano (1844-1931) e George F. Knapp (1842-1926), e a novíssima escola é associada a Werner Sombart (1863-1941), Arthur Spiethoff (1873-1957) e Max Weber (1864-1920). Friedrich List (1789-1846) é considerado o mais célebre precursor da abordagem. A escola histórica alemã possuía grande prestígio entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando se tornou uma abordagem marginal, devido, entre outros fatores, ao desenvolvimento da abordagem neoclássica, à maior matematização da economia e ao crescimento da separação entre o pensamento econômico e as demais áreas das ciências humanas (Hodgson 2001; Shionoya 2005; Tribe 2003).

Alguns estudiosos da abordagem classificam Adolph Wagner (1835-1917) entre os autores da nova escola histórica, enquanto outros o enquadram como um crítico dela. Grimmer-Solem (2003), Drechsler (2016), Schumpeter (1954), Backhaus, Chaloupek e Frambach (2018) argumentam que Wagner não fazia parte da escola. Por sua vez, Tribe (2003), Shionoya (2005), Pearson (2008) e Hodgson (2001) enquadram Wagner como um dos mais importantes representantes da corrente liderada por Schmoller.

Como é possível essa ambiguidade na classificação da obra de Wagner? Para responder a essa pergunta é necessário posicionar Wagner em relação ao importante debate da sua época relacionado ao objeto e ao escopo das ciências econômicas: a “batalha dos métodos”.

Uma das características mais importantes das obras de autores relacionados à escola histórica alemã é a crítica ao método abstrato e dedutivo, utilizado tanto por alguns adeptos da economia política clássica, especialmente David Ricardo, quanto pelo marginalismo, tendência que se consolidou a partir da década de 1870, notadamente a partir dos trabalhos de Jevons, Walras e Menger. Este último autor, considerado o fundador da escola austríaca de economia, protagonizou, juntamente com Schmoller, a “batalha dos métodos” (*Methodenstreit*).

É importante observar que antes mesmo do *Methodenstreit* ter início, Schmoller já polemizara com Menger, após a publicação, em 1871, dos “Princípios de economia política”, do autor austríaco, que enviou uma cópia do livro e uma carta elogiosa para Schmoller, na qual enfatizou a importância da pesquisa econômica alemã no seu trabalho.

O líder da escola histórica publicou uma resenha crítica ao trabalho de Menger, destacando negativamente a “reflexão abstrata”, o apego a “formas matemáticas”, a utilização de “Robinsonadas”, em suma, um modo de compreender a economia que remeteria ao pensamento “abstrato e dedutivo de Ricardo” em vez de utilizar o modo histórico de compreensão da economia, então dominante na Alemanha (Schmoller 1873, p.407-408). Menger teria feito “novas formulações de tópicos convencionais abstratos em vez de soluções reais para problemas reais” e teria optado por aplicar a “ficção inglesa” de tentar reduzir a vida econômica a um “homem médio abstrato”. Schmoller (1873, p.408) questiona se, com isso, “todos os problemas econômicos” não estão se tornando “meras e puras considerações privadas”.

Alguns anos depois, em 1883, a “batalha dos métodos” teve de fato início, com a publicação da obra “Investigações sobre o método das ciências sociais, com especial referência à economia”, de Carl Menger, em que o autor defendeu a possibilidade da utilização da dedução nas ciências sociais. Após a publicação desse livro, Schmoller escreveu uma resenha crítica à obra, que deu início às publicações, ao longo de alguns anos, separando Schmoller e seus seguidores (que enfatizavam a utilização do método histórico e indutivo para a análise econômica), de um lado, e Menger e seus

discípulos (defensores da possibilidade da utilização do método abstrato e dedutivo), de outro. Esse debate se estendeu pelo menos até 1910 e causou repercussão não só na intelectualidade alemã, mas também nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Menger (1883, p.24-29) criticou a suposta tentativa de fazer da economia uma “ciência histórica”, inseparável dos desenvolvimentos políticos e sociais. Segundo o autor, essa visão bloqueava o desenvolvimento teórico e metodológico da economia. Além da crítica ao método histórico, o autor rejeitou outro aspecto importante da escola histórica alemã: sua ênfase na economia nacional e seu “coletivismo tendencioso”, que levariam os economistas históricos a “exageros reformistas”, inclusive de “caráter socialista”. Menger (1883, p.90-94), ao contrário, argumentou que a economia nacional deve ser reduzida a seus “verdadeiros elementos”, a “economia individual” ou “privada”, como fundamento da “economia exata”.

Schmoller resenhou as “Investigações sobre o método das ciências sociais, com especial referência à economia” de Menger para o *Jahrbuch*, aceitou diversos argumentos de Menger, entre os quais o excesso de precaução em relação a teorização por parte dos economistas históricos. Schmoller (1883, p.976-977) argumentou que a tentativa de construção de uma “teoria exata” da economia fundada na redução dos fenômenos econômicos a características individuais seria um equívoco, análogo a reduzir a química à física e obscureceria a “conexão inseparável entre o desenvolvimento econômico, social e estatal”. Como resposta, Menger publicou o panfleto “Os erros do historicismo na economia alemã”, que foi enviado a Schmoller, que o devolveu por considerá-lo ofensivo, posição partilhada mesmo por aliados do autor austríaco (Grimmer-Solem 2003, p.331-341). Esse episódio marca o fim da breve participação direta de Schmoller no *Methodenstreit*.

Apesar da “batalha dos métodos” ter sido caracterizada pela suposta polarização entre a defesa de um método exclusivamente histórico e indutivo por parte de Schmoller e seus aliados *versus* a defesa de um método exclusivamente abstrato e dedutivo, por parte de Menger e seus seguidores, os dois protagonistas iniciais do debate concordavam que ambas as estratégias metodológicas poderiam ser utilizadas. Eles discordavam no que se refere a superioridade de cada método e a ênfase que deveria ser colocada em cada um (Hodgson 2001; Grimmer-Solem 2003; Fوسفeld 2008; Louzek 2011; Ikeda 2008).

Não é usual a ocorrência de um debate tão acalorado acerca do método do pensamento econômico. Entretanto, a disputa não foi principalmente sobre metodologia; outros temas fundamentais também foram alvos de disputa, destacados pela literatura recente sobre o *Methodenstreit* (Hodgson 2001; Grimmer-Solem 2003; Fusfeld 2008; Louzek 2011; Ikeda 2008). Menger adotava um ponto de vista que procurava explicar os fenômenos econômicos a partir dos indivíduos, conhecido contemporaneamente como individualismo metodológico. Além disso, defendia políticas econômicas liberais. Por sua vez, Schmoller e também Wagner, que não queria ter seu nome associado a Schmoller no contexto do *Methodenstreit*,² privilegiavam práticas coletivas e grupos de pessoas como unidades fundamentais de análise, tais como o Estado nacional, a economia nacional, as instituições, a legislação e a cultura. Ambos argumentavam favoravelmente à intervenção estatal, a “reforma social”.

O próprio Menger reconheceu que o *Methodenstreit* não foi uma disputa centrada sobre a questão do método (Grimmer-Solem 2003, p.263-265), afirmando que tanto os autores austríacos quanto os economistas históricos defendiam o uso combinado de métodos dedutivos e indutivos. A disputa teria sido, na verdade, sobre “os objetivos da pesquisa, sobre o sistema de problemas que a ciência deve resolver no campo da economia nacional” (Menger 1894, p.278-279).

Lindenfeld (1997) argumenta que a obra de Menger promovia uma reação contra a tradição alemã de formação ampla (*Bildung*) e a visão orgânica e holística da sociedade e do Estado. A abordagem austríaca exemplificava a noção da ciência enquanto especialização, também presente na época na visão positivista do direito, por exemplo, enquanto a abordagem histórica da economia procurava resistir à divisão do trabalho nas ciências humanas e à fragmentação dessas. Ainda segundo Lindenfeld (1997, 247-257), a busca pela exclusão de questões filosóficas, éticas, políticas e sociológicas, tanto na economia quanto no direito, pode ser vista como uma tentativa, por parte de autores conservadores e liberais, de blindar a burguesia das responsabilidades éticas e políticas em relação aos problemas da época.

² Durante o período histórico em que ocorreu a “batalha dos métodos”, nenhum dos dois lados foi considerado vencedor. Porém, ao longo do século XX, à medida que o *mainstream* das ciências econômicas se afastou da economia política e das ciências humanas, se transformando em uma “ciência da escolha”, a concepção teórico-metodológica de Menger ganhou força enquanto a concepção da escola histórica tornou-se marginal (Hodgson 2001; Louzek 2011).

Havia uma rivalidade entre Wagner e Schmoller, apesar de ambos se oporem à teorização exclusivamente abstrata e ambos defenderem reformas sociais, compreendidas como um caminho intermediário entre o socialismo revolucionário e o liberalismo clássico. Enquanto Wagner era mais receptivo em relação à teorização pura e defendia que a ciência econômica fosse uma “economia social”, Schmoller era menos tolerante à teorização abstrata e defendia que a reflexão econômica não se separasse completamente de uma “ciência social” geral. Wagner apoiou, em 1882, a nomeação de Schmoller à Universidade de Berlim³, onde conviveram e rivalizaram por muitos anos. Para evitar conflitos, optaram por alternar, a cada período, a docência das disciplinas principais de economia. Ainda assim, os estudantes se dividiram em campos “Wagneriano” e “Schmolleriano” (Lindenfeld 1997, p.243-245).

No contexto histórico da “batalha dos métodos”, Adolph Wagner procurou distanciar-se de Schmoller, opondo-se ao historicismo mais radical, associado, de modo não totalmente justo, à figura do líder da nova escola histórica. Wagner defendia a combinação do método histórico e indutivo com o método abstrato e dedutivo, assim como Roscher e Knies, membros da primeira geração da escola, argumentando que:

Não apenas a jovem escola austríaca, Menger, Böhm-Bawerk, Sax, mas vários escritores alemães que não se associam a movimento – mesmo os fundadores e representantes mais inflexíveis da velha escola histórica alemã, Roscher e Knies, juntamente com estudiosos como o falecido professor Nasse e muitos entre os estudiosos vivos – todos gostariam de não serem julgados no exterior pelas opiniões estreitas da nova escola histórica, mais particularmente não pelas opiniões do líder científico dessa escola, o professor Schmoller (Wagner 1891, p.320).⁴

Adolph Wagner (1904, p.76-78), por um lado, classificou o autor austríaco como um “espírito teórico de primeira ordem”, afirmando que as críticas

³ Schmoller, Wagner, assim como Wilhelm Lexis e Johannes Conrad, foram conselheiros informais de Friedrich Althoff, principal homem público responsável pelas nomeações de professores nas universidades do Império Alemão e pela própria política universitária do país (Grimmer-Solem 2003, 59-62).

⁴ Com o intuito de tornar a leitura do texto mais fluida e apresentar as ideias dos autores da maneira mais direta possível, todas as citações em idioma estrangeiro foram traduzidas livremente.

de Schmoller⁵ muitas vezes careciam de “tolerância” e “boa vontade”, sendo direcionadas a procedimentos científicos dirigidos a objetos de estudo, como a “ciência das finanças”, que não seriam compreensíveis apenas do ponto de vista histórico. Por outro lado, o autor argumentou que a abordagem histórica da economia penetrou a Inglaterra, a França, a Itália e os Estados Unidos, sendo elaborada por Gide, Cliffe Leslie, Ingram, Cossa, Sidgwick, Marshall, John Neville Keynes, entre diversos outros nomes. Porém, nesses países, a abordagem teria sido conciliadora com as demais, como também teria sido a velha escola histórica alemã, diferentemente da nova vertente, de Schmoller, Knapp e Brentano.

Wagner adotou, na obra “Os fundamentos da economia política” (*Grundlegung der Politischen Ökonomie*),⁶ dois eixos principais da classificação dos economistas líderes do ambiente acadêmico alemão, que eram todos usualmente agrupados em um único conjunto: “[t]odos os economistas alemães que seus adversários livre-cambistas designam desde 1870 pela alcunha de socialistas de cátedra fazem parte igualmente da escola⁷ histórica” (Wagner 1904, p.78).

No primeiro eixo, correspondente às posturas teóricas e metodológicas, procura diferenciar as posições das duas gerações da escola histórica então existentes. Argumentou que o historicismo da nova escola histórica era oposto ao tom de conciliação entre metodologias históricas e teóricas que prevaleceria na velha escola histórica, com a qual tinha grande concordância. “É o caso das principais teorias relativas à produção, à divisão do trabalho, à circulação, aos preços, aos custos de produção, à distribuição, às rendas. Em todos esses pontos, associo-me à velha escola histórica contra a nova” (Wagner 1904, p.67-68).

Wagner (1904, p.64-69) reconheceu que a primeira geração da escola histórica alemã (*historischen Schule der Nationalökonomie*) representava uma reação contra os excessos da “economia inglesa” (economia política clássica), que seriam usar da “dedução abstrata”, isolar “muito radicalmente os fenômenos econômicos dos outros fenômenos sociais”, atribuir às institui-

⁵ “Para Schmoller, tudo o que não seja uma ‘pesquisa exata’ histórico-estatística é mais ou menos um puro jogo mental, ele ignora e estigmatiza com o nome de ‘considerações especulativas’, que pertencem, para usar a expressão de Comte, ao período ‘ainda metafísico’ da ciência” (Wagner 1904, p.74).

⁶ Foram usadas as edições francesas das principais obras de Wagner (1904, 1909, 1912, 1913, 1914), analisadas neste trabalho. As edições alemãs das mesmas obras foram consultadas para esclarecimentos de expressões e passagens pontuais (Wagner 1892, 1893, 1894).

⁷ Outras classificações usadas pela literatura, mas descartadas por Wagner (1904, p.81), são: escola “ética”, “realista” e “político-social”.

ções econômicas um caráter absoluto, em vez de “relativo e histórico” e reduzir a “economia nacional” (*Volkswirtschaft*) à “economia individual” (*Einzelwirtschaft*). Porém, o autor afirmou que, sob certas circunstâncias, a “economia inglesa” foi capaz de compreender certos fenômenos, historicamente válidos, das economias modernas.

Em relação à sua própria obra, Wagner (1904, p.46) argumentou que ela se insere na “concepção histórica dos fundamentos da vida econômica” (*der historischen Grundauffassung des Wirtschaftslebens*), que “segue um processo de desenvolvimento em relação de mútua dependência com a organização jurídica da economia” (*wirtschaftlichen Rechtsordnung*) e criticava a “aplicação do individualismo econômico”, visões partilhadas com Schmoller. Entretanto, enquanto afirmou que adotava posições metodológicas e concernentes ao objeto da ciência econômica próximas da velha geração da escola histórica (representada por Roscher, Knies e Hildebrand), sublinhou que se contrapunha à corrente liderada por Schmoller, da qual se via, de modo geral, “como um adversário” (Wagner 1904, p.62-63).

Como eu, muitos acadêmicos alemães, velhos e jovens, mesmo aqueles cujas pesquisas são dirigidas principalmente à história econômica, acreditam ser falso e estreito ir ao outro extremo [historicismo extremo], e se distanciar da dedução sobre os motivos da ação, especialmente o motivo do autointeresse. Nós não limitaríamos a economia política à mera apresentação das várias etapas históricas de aplicação do trabalho, nem eliminaríamos todo pensamento abstrato ou afirmação abstrata. Nós não assumimos aquele tom de julgamento condescendente sobre as obras de Adam Smith, Malthus, Mill, Ricardo e sua escola, especialmente não aquele tom de completa condenação do trabalho de Ricardo (Wagner 1891, p.320).

O segundo eixo proposto por Wagner (1904, p.82-90) para classificação das contribuições dos líderes do ambiente acadêmico alemão de economia procurou distinguir as obras do ponto de vista das reformas e políticas sociais propostas. Nesse eixo, buscou diferenciar a posição rotulada de “socialismo de cátedra”, da posição do próprio autor, o “socialismo de Estado”.

“[...] é bom distinguir a velha escola histórica da nova e tanto do ‘socialismo de cátedra’ quanto do ‘socialismo de estado’. No entanto, muitas vezes há grandes afinidades entre essas diferentes escolas e entre alguns desses autores. Além disso, é difícil classificar um autor com todas as suas obras exatamente em uma determinada escola” (Wagner 1904, p.71).

Wagner (1904, p.87) deixa claro qual é o rótulo que gostaria que fosse atribuído à sua obra: “[é] na concepção de ‘socialismo de Estado’ assim entendida que repousam nossos Fundamentos [da economia política]”. A posição peculiar do socialismo de Estado de Wagner será aprofundada na quarta seção deste artigo.

A partir das evidências textuais apresentadas é possível entender que Wagner procurava se afastar da nova escola histórica, de Schmoller, Brentano e Knapp. Porém, não se opunha à abordagem histórica da economia como um todo, uma vez que procurava se aproximar da velha escola histórica e dos economistas históricos da Inglaterra, da França, da Itália e dos Estados Unidos. Essa é a razão principal para a ambiguidade presente na literatura sobre o autor, que ora o classifica como ligado à escola histórica alemã e ora o posiciona como um adversário. Entretanto, o autor preferia ser classificado como um socialista de Estado do que como um economista histórico.

3. Coevolução entre Estados nacionais e economias nacionais

Adolph Wagner – assim como seu contemporâneo Schmoller e List, antes deles – argumentou que a construção de uma economia moderna depende da atuação, mais ou menos consciente, do Estado.

O desenvolvimento das diversas economias nacionais especiais no mundo europeu-americano, desde os séculos XVI, XVII e até os dias atuais, tem sido favorecido pelo Estado de maneira notável e mais ou menos consciente: e é assim que as fases das economias urbanas e senhoriais foram substituídas pela fase da economia de Estado [staatswirthschaftliche Phase] (Wagner 1912, p.24).

Wagner (1909, p.20-21) considerou que havia um “fenômeno coletivo geral da história humana”: a passagem por diversas fases históricas de organização da vida socioeconômica, desde a Antiguidade e passando pela Idade Média, que teria culminado na “moderna economia nacional, que repousa sobre a propriedade privada da terra e do capital”, construída a partir de formas jurídico-políticas centradas nos Estados nacionais.

De um ponto de vista histórico, algumas ações teriam fortalecido a consolidação dos Estados nacionais e das economias nacionais, entre as quais as políticas comerciais e alfandegárias recomendadas pelos mercantilistas, que teriam contribuído para a substituição de relações locais e comunitárias por relações propriamente econômicas, que incluem a divisão do trabalho, os contratos e a troca (Wagner 1909, p.19-26, 1912, p.339).

Wagner (1909, p.8) apresentou na obra “Os fundamentos da economia política” uma definição convencional de vida econômica, influenciada, por um lado, pela ênfase nas “faculdades de trabalho” e na produção, originada da economia política clássica de Smith e Ricardo e, por outro lado, pelo foco na “satisfação de necessidades” e na “ação metódica segundo o princípio econômico”, oriunda do utilitarismo, então influente na Alemanha.⁸ Entretanto, o autor não seguiu as escolhas nem da economia política clássica de Smith e Ricardo, de centrar sua investigação no mundo do trabalho, nem do utilitarismo, de focar as explicações teóricas na satisfação das necessidades. A estratégia adotada pelo autor foi a de explorar a interdependência entre a esfera da economia e a esfera do direito e do Estado. Desse modo, o autor caracterizou uma unidade econômica privada como um:

[...] todo independente, próprio e fechado de atividades econômicas em uma relação legal e econômica, que encontra sua unidade em uma pessoa (física ou jurídica), órgão das atividades técnicas e econômicas e da representação da economia do ponto de vista legal.

Esse não é um fenômeno puramente econômico; ele depende também do estado da lei. Porque é ela quem decide quem é uma pessoa e quem pode estar à frente de uma economia, quais direitos e quais obrigações essa pessoa pode ter (Wagner 1909, p.11).

⁸ Schumpeter (1954) e vários capítulos de Samuels, Biddle e Davis (2003) investigam a complexa relação entre economia política clássica e utilitarismo, que não será explorada aqui.

Por seu turno, o todo articulado de entidades jurídicas e econômicas organizadas a partir de um Estado nacional formaria uma economia nacional (*Volkswirtschaft*), conceito central para o entendimento da vida econômica. A definição de uma economia nacional como um todo orgânico, que não se confunde com seus segmentos, indica a interdependência entre suas partes, unidas do ponto de vista econômico por meio da circulação e da divisão do trabalho. Desse modo, não seria possível compreender as economias modernas a partir do ponto de vista de indivíduos isolados. É justamente o ordenamento do direito econômico estabelecido por um Estado nacional que possibilita a formação e o florescimento dos sujeitos econômicos (ou jurídicos) (Wagner 1909, p.14-19).

Não seria possível, a priori e de modo abstrato, estabelecer quais funções o poder público pode ou não pode realizar; a delimitação dessas atividades seria uma tarefa que depende de cada situação histórica.⁹ Um dos aspectos que melhor caracteriza a importância dada pelo autor à atuação do poder público é a classificação do Estado como um dos quatro “fatores produtivos”, ao lado do capital, do trabalho e da natureza (Wagner 1912, p.354-358).

Portanto, do ponto de vista de Wagner, o Estado realiza diversas funções nas modernas economias nacionais que não se reduzem à segurança e ao ordenamento jurídico. Por exemplo, é um dos principais empregadores de trabalho intelectual; opera em diversos setores ligados ao interesse coletivo, como no setor de medicamentos, na promoção dos meios de comunicação, na seguridade social, nas empresas de iluminação pública e de mineração, na fiscalização das condições de trabalho e no fornecimento de crédito e de serviços bancários. Além disso, deveria se ocupar de atividades que não são produzidas visando o lucro, mas que interessam do ponto de vista civilizatório, como os domínios da educação e da qualificação (escolas, colégios técnicos, universidades) (Wagner 1883, 1912, p.394-398).

Por fim, Wagner defendeu também a atuação, ainda que não necessariamente de maneira exclusiva, do poder público diretamente em algumas atividades tipicamente capitalistas, tais como o setor bancário, o setor extrativista e mesmo algumas atividades industriais. A respeito da atuação do Estado nesse tipo de atividade, o autor antecipou a concepção, desen-

⁹ O autor destacou dois conjuntos de finalidades principais para a atuação do Estado nas economias nacionais: 1) O “direito” e o “poder” a ele relacionado; 2) A “civilização e o bem-estar”. Essas duas finalidades, que a princípio poderiam parecer antagônicas, muitas vezes, aparecem em uma mesma instituição, como por exemplo, nas forças de polícia e nas organizações de saúde (Wagner 1912, p.365).

volvida no século XX por autores keynesianos e institucionalistas originais, entre outras escolas de pensamento econômico, de que o Estado pode atuar combatendo a especulação econômica e promovendo a estabilidade:

Elas [economias privadas] se mostram, em muitos aspectos, incapazes de administrar como convém os enormes capitais da produção moderna, e eis a prova disso: primeiro, o desperdício de especuladores e a falsa direção tomada pelos capitais em tempos de superespeculação, em seguida as terríveis repercussões por meio de crises de venda e de crédito, que seguem as alterações de conjuntura. Todos esses fatores favorecem indiretamente a atividade do Estado e do poder público local, isto é, a produção econômica coletiva (Wagner 1912, p.393).

Devido à tendência de ampliação do escopo das atividades realizadas pelo Estado, esse teria seu tamanho aumentado ao longo da história. O terceiro capítulo do livro seis de “Os fundamentos da economia política” é dedicado ao que o autor chamou de “lei da extensão crescente das atividades públicas do Estado” (*Das Gesetz der wachsenden Ausdehnung der öffentlichen, bez. Der Staatstätigkeiten*), que ficou conhecida e popularizada no século XX, entre autores de finanças públicas ou de economia do setor público, como “Lei de Wagner” (Backhaus 2018; Forte e Magazzino 2018; Musgrave e Peacock 1967; Alcouffe e Baslé 2009). Grande parte da literatura contemporânea que se refere ao autor se atém exclusivamente à “Lei de Wagner” que, embora relevante, não representa adequadamente a complexidade da obra do autor. Wagner enunciou esse princípio, que deve ser entendido como uma tendência histórica e não uma lei inexorável, argumentando que há:

[...] uma certa tendência evolutiva ou uma ‘lei’, por assim dizer, da evolução da atividade do Estado entre os povos civilizados: a lei da crescente extensão da atividade pública ou estatal entre os povos civilizados¹⁰ que estão progredindo” (Wagner 1912, p.363).

¹⁰ O autor não apresentou uma descrição das características dos “povos civilizados”, mas é possível que essa expressão, marcada pelo eurocentrismo da época, se refira às modernas sociedades europeias, que possuem instituições como Estados nacionais, economias nacionais, sistema jurídico, sistema educacional formal. Essa visão de civilização, de desenvolvimento e de progresso na história era utilizada por diversos autores do século XIX para justificar o imperialismo (Losurdo 2006; Pitts 2005).

O crescimento das atividades realizadas pelo Estado se daria tanto em termos absolutos quanto em termos relativos: “[...] uma porção relativa cada vez maior e mais importante das necessidades coletivas de um povo civilizado se encontra satisfeita pelo Estado”. Até mesmo a distribuição de renda dependeria cada vez menos da “regulamentação econômica privada dos salários” e cada vez mais de uma “organização mais socialista da economia nacional” (Wagner 1912, p.379-381). A causa primordial para a extensão das atividades do Estado seria o próprio progresso da civilização, que provocaria a ampliação das necessidades de bem-estar, ligadas às práticas educacionais, culturais, de saúde e às necessidades de melhoria da infraestrutura coletiva (Wagner 1912, p.398-399).¹¹

Alcouffe e Baslé (2009, p.13-18) consideram que o princípio da expansão das atividades estatais teorizado por Wagner é mais uma concepção sobre a coevolução dos Estados e dos mercados que uma lei. Segundo os autores, Wagner rejeita a concepção bastante difundida no pensamento econômico de que o Estado é uma entidade exógena e autônoma à economia e considera que as atividades do poder público se ampliam e se complexificam à medida que o mesmo ocorre com as atividades mercantis. Nesse sentido, o autor procura endogenizar a explicação da atividade dos Estados tendo em mente um princípio de coevolução de atividades públicas e privadas. Essa teoria de Wagner antecipa temas que foram desenvolvidos no século XX por autores institucionalistas, entre os quais o princípio de causação circular e cumulativa elaborado por Gunnar Myrdal (1960) e o princípio do duplo movimento, de expansão e de contenção das atividades mercantis, teorizado por Karl Polanyi (1944). Wagner desenvolveu pontos de vista sofisticados sobre a relação entre Estado e mercados, assim como sobre a interdependência entre os âmbitos político, econômico e cultural. Tais pontos de vista têm sido retomados pelas abordagens institucionalistas contemporâneas, ainda que os legados do autor e da escola histórica alemã ainda não sejam suficientemente pesquisados e valorizados (Hodgson 2001; Chavance 2009; Baslé 2002).

No contexto histórico da formação do Estado nacional e da economia nacional da Alemanha, Wagner argumentou favoravelmente ao nacionalismo pangermanista, defendeu a unificação de todos os povos de línguas germânicas e a incorporação de todos os territórios banhados pelo Reno. Ademais, Wagner teve notável atuação política formal. Em 1881, juntou-se

¹¹ O tema da atuação do Estado segundo Wagner será aprofundado a seguir, quando for tratada a concepção do autor sobre a “reforma social”.

ao Partido Social Cristão, do qual foi presidente. Tanto o partido quanto o próprio Wagner foram criticados por um suposto antissemitismo, defendiam a monarquia e também a reforma social. Wagner foi membro da Câmara Baixa do Legislativo da Prússia, entre 1882 e 1885 (Backhaus 2018; Wagner 1934; Lindenfeld 1997, p.221-245; Chaloupek 2018; Alcouffe e Baslé 2009).

Assim como diversos autores ligados ao pensamento liberal e conservador do século XIX – que inclui nomes do porte de Mill, Tocqueville e Spencer (Losurdo 2006; Pitts 2005) – Wagner também defendeu práticas expansionistas, militaristas e imperialistas. Além de ser adepto do pangermanismo, foi membro de organizações promotoras do colonialismo do Império Alemão, teve seu nome associado ao antissemitismo e, juntamente com Schmoller e diversos intelectuais da época, participou da campanha, comandada pelo almirante Alfred von Tirpitz, direcionada à construção de uma grande frota naval (Alcouffe e Baslé 2009; Lindenfeld 1997, p.275-276; Grimmer-Solem 2019). No contexto histórico da industrialização alemã, especialmente após a saída de Bismarck do poder e a ascensão do Chanceler Bülow (que havia sido aluno de Wagner), o direcionamento do país a uma “política mundial” (*Weltpolitik*) era visto como um passo necessário para a obtenção de mercados consumidores e fontes de matérias primas. As políticas imperialistas alemãs seguiam os passos da Inglaterra, da França e de outras potências (Hobsbawm 1988, 1997; Kemp 2013; Grimmer-Solem 2019) e não definiam uma via alemã excepcional de inserção na modernidade que necessariamente levaria ao fascismo, como alguns autores argumentaram (Moore Junior 1975; Fischer 1975; Viner 1963).¹² Entretanto, a *Weltpolitik* não foi a principal política defendida por Wagner. Teve muito mais destaque na sua obra a defesa da *Socialpolitik* (política social), analisada no próximo item.

4. Defesa da reforma social

O século XIX foi caracterizado por uma grande quantidade de mudanças na sociedade alemã, que incluem a unificação, a rápida industrialização e a crescente urbanização. Algumas questões fundamentais eram discutidas nos jornais, nas associações da sociedade civil, nos partidos políticos e no ambiente acadêmico. A “questão nacional”, em torno da unificação e da de-

¹² O nazismo foi resultado da Grande Depressão da década de 1930 e do sentimento de revanchismo derivado do Tratado de Versalhes e era avesso ao reformismo e ao intelectualismo presentes em autores como Wagner e Schmoller (Hobsbawm 2003; Grimmer-Solem 2019; Ringer 2001).

limitação de um país para os povos falantes de idiomas ligados ao alemão, e a “questão social”, ou “questão operária”, referente às consequências sociais e políticas da industrialização e da urbanização, foram dois dos principais pontos de debate (Lindenfeld 1997, p.142-147; Hobsbawm 1997; Wagner 1912, p.1-2).

Os reinos que viriam a formar a Alemanha, e diversos países vizinhos deles, passaram por diversos processos históricos turbulentos, que marcaram a vida e a reflexão dos acadêmicos germânicos, entre os quais é possível destacar a tentativa de revolução, de 1848, a guerra entre a Áustria e a Prússia, em 1866, a Guerra Franco-Prussiana, de 1870 a 1871, a Comuna de Paris, de 1871, o aumento do número de greves, o pauperismo, o crescimento de partidos socialistas e a instabilidade econômica. A “Grande Depressão”, de 1873 a 1896, enfraqueceu as ideias liberais puristas, “Manchesteristas”, e estimulou o radicalismo e o intervencionismo reformista (Hobsbawm 1988, 1997, p.17-21, p.307-312).

Os princípios de reforma social foram defendidos por diversos setores da sociedade como remédios para as mazelas da classe operária urbana e como meio para a diminuição do radicalismo político. Um cronista alemão afirmou, em 1844, que: “nada é mais conservador do que o princípio da reforma, e nada estimula mais os esforços revolucionários do que apegar-se cegamente ao antigo” (Gerber 1844, *apud* Lindenfeld 1997, p.147). A sociedade se mostrava dividida em torno de problemas de classes sociais, étnicos e religiosos. O Estado era visto por políticos e intelectuais como fonte de unidade e patriotismo, como um ente capaz de se colocar acima das divisões da sociedade e de garantir a construção e a defesa da nação contra possíveis ameaças externas.

Wagner (1904, p.124-129, p.223-229, 1914, p.414-420), assim como muitos intelectuais do século XIX (Hobsbawm 1997), acreditava na ideia de que a história era caracterizada pela marcha do “progresso”, que os povos passariam por “estágios de civilização”, por diversos processos de desenvolvimento ou de “evolução”, tecnológico, econômico, intelectual e mesmo religioso.¹³ O autor considerava que os princípios da “reforma social” eram os mais adequados ao “mundo civilizado moderno” (Wagner 1871, 1904, p.1-17).

¹³ Veblen (1901) oferece uma crítica pioneira às teorias da história adotadas pelos autores da escola histórica alemã.

Wagner (1904, p.80-82) identificava-se como socialista de Estado, posição que procurava diferenciar do socialismo de cátedra, que considerou uma corrente crítica ao individualismo e ao liberalismo extremado, mas que não teria unidade teórica ou prática, nem configuraria uma escola. Segundo Wagner (1904, p.82-88), o socialismo de Estado seria uma vertente mais precisa do socialismo de cátedra. Ambas concordavam, em certa medida, com o diagnóstico do socialismo científico sobre os problemas econômicos e sociais do período, mas não concordavam com os remédios propostos. O socialismo de Estado de Wagner (1904, p.81), que buscava a “conciliação entre o individualismo e o socialismo”, propunha que o Estado participasse profundamente na vida econômica, mas sem suprimir a propriedade privada dos meios de produção. Portanto, o socialismo de Estado de Wagner reservava um papel maior ao Estado no planejamento e no controle de atividades econômicas que o socialismo de cátedra de Schmoller e Brentano, embora menor que o papel desempenhado nos regimes socialistas do século XX.

É importante destacar que o rótulo de “socialismo de cátedra” foi cunhado por opositores dos defensores de políticas sociais na Alemanha. O jornalista Heinrich Oppenheim atacou os proponentes da reforma social em um artigo publicado em dezembro de 1871, chamando-os, de modo pejorativo, de *Kathedersozialist*. A resposta imediata foi dada por Lujo Brentano. Alguns meses depois, Oppenheim atacou um discurso que Wagner (1871) fizera em uma igreja de Berlim, dizendo que ele estava tentando “cristianizar” a economia. Wagner respondeu que isso seria menos perigoso que a “judaização” que Oppenheim tentaria promover (Lindenfeld 1997, p.225-228). A polêmica continuou nos meses seguintes e foi um dos fatores que acelerou a formação do *Verein für Socialpolitik*, em 1872. Schmoller foi o principal líder do *Verein*, organização da qual Wagner foi um dos fundadores, embora tenha participado ativamente apenas por poucos anos¹⁴. O *Verein* é considerado um dos primeiros e mais influentes *think tanks* do mundo, tendo exercido influência sobre a política econômica do Império Alemão e, após uma interrupção, entre os anos de 1936 e 1948, mantém suas atividades até os dias atuais.

¹⁴ Outra polêmica na qual Wagner se envolveu foi o debate sobre o modelo de desenvolvimento mais adequado para a Alemanha. Enquanto Brentano e autores considerados liberais defendiam que o país se tornasse predominantemente industrial, ampliando sua economia a partir das exportações, Wagner e autores ligados ao conservadorismo argumentavam que o país não deveria deixar a agricultura em segundo plano e que uma política econômica centrada na promoção de exportações deveria ser evitada, porque poderia levar a um imperialismo agressivo, similar ao britânico (Lindenfeld 1997, p.293-294).

No período do Império Alemão, devido à liderança de Wagner, Schmoller e de outros intelectuais de destaque do pensamento econômico alemão, tais como Roscher e Brentano, eles influenciaram a formação de professores e pesquisadores de diversas partes do mundo (entre as quais Inglaterra, Japão, Estados Unidos, França, Índia, Finlândia e Rússia), que, por sua vez, contribuíram, de maneira direta ou indireta, com a construção de diversos movimentos reformistas do final do século XIX e do início do século XX, entre os quais a Era Progressista, nos Estados Unidos e a Era Meiji, no Japão (Yamawaki 1995; Pearson 2008; Cunha 2014). Segundo Pearson (2008), a American Economic Association e a American Academy of Political and Social Science, nos Estados Unidos, e a Sociedade para Política Social, no Japão, foram organizações modeladas a partir do Verein. Ainda de acordo com Pearson (2008), dos 26 primeiros presidentes da American Economic Association, 20 estudaram na Alemanha. No Brasil, as ideias de Wagner foram usadas por Rui Barbosa e por Vieira Souto, na virada do século XX, e influenciaram a obra de Roberto Simonsen, décadas depois (Bruzzi Curi 2017, 2019).

Wagner, Schmoller, Brentano e, de modo geral, os membros da Associação de Política Social eram defensores da reforma social, conjunto de políticas tanto modernizadoras do Estado e da administração pública quanto promotoras da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Desse modo, se opunham tanto às formas mais radicais de defesa do liberalismo econômico, que associavam com a fisiocracia, com o legado de Adam Smith e com a “escola de Manchester”, quanto ao movimento socialista revolucionário, que os autores relacionavam principalmente a Marx, Engels e Lassalle (Schmoller 1881, 1904; Wagner 1871, 1904, p.1-17).

Em oposição a esquemas reacionários e revoltas radicais, há um terceiro grupo de propostas, os planos dos reformadores. Aqui, a base da realidade – os direitos sociais, econômicos e privados atuais – é reconhecida e é buscada a ajuda contra os abusos existentes no caminho da reforma, isto é, no desenvolvimento apropriado da ordem existente, juntamente com as modificações dela no que for necessário. De fato, reforma não significa revolução, nem ficar parado, nem retroceder (Wagner 1871, p.496).

Wagner, Schmoller e outros autores rotulados como “socialistas de cátedra” foram professores de diversos membros de destaque do governo alemão e apresentavam alguma proximidade com o Primeiro Ministro do Império

Alemão, Bismarck, com quem se correspondiam e que, embora fosse um político monarquista e conservador, foi um dos primeiros governantes a aplicar princípios de reforma social, tais como legislação trabalhista, previdência social e educação pública e gratuita. Em 1873, Bismarck afirmou para Schmoller que ele próprio seria um socialista de cátedra, mas “sem tempo para isso” (Lindenfeld 1997, p.226; Meerhaeghe 2006, p.291).

O *Verein* contribuiu com o debate em torno das legislações para restrição do trabalho feminino e infantil e estabelecimento de inspeção compulsória, que foram aprovadas em 1878, mesmo com a oposição de Bismarck, mas, de modo geral, a influência do *Verein* nas políticas públicas era mais indireta que direta. A associação não participou ativamente na elaboração das principais legislações sociais da década de 1880, os sistemas de proteção social por idade, em caso de acidente de trabalho e em caso de problema de saúde, implantados em 1884 e 1889. Esses programas foram elaborados pela administração de Bismarck, buscando fortalecer o governo e pacificar os trabalhadores, atingidos pela legislação antissocialista do regime. Na elaboração das políticas sociais, o governo se valeu do auxílio de burocratas, industriais e acadêmicos, entre os quais o próprio Wagner e Schäffle (Lindenfeld 1997, p.227-233; Grimmer-Solem 2003, p.280-282; Meerhaeghe 2006).

Já no ano de 1871, Wagner (1871, 497) defendeu as reformas como meio de “ajustar pacificamente os interesses opostos de trabalhadores e proprietários capitalistas, por meio de acordos mútuos em bases equitativas e por meio de uma vontade mútua de união”. Seu “programa de reforma moderada” era composto por seis temas principais: 1. Aumentos salariais, redução da jornada de trabalho e abolição do trabalho aos domingos; 2. Seguridade social para trabalhadores em caso de doença, invalidez, incapacidade e idade avançada, além de auxílio para viúvas e órfãos; 3. Legislação fabril que restrinja e regulamente o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas e minas; 4. Melhoria e barateamento da produção de alimentos e outras mercadorias, inclusive residências; 5. Melhoria das condições “espirituais, morais e religiosas das classes inferiores”, o que inclui fornecimento de educação escolar compulsória, gratuita ou de custo baixo; 6. Reforma fiscal, que inclui a redução dos tributos incidentes sobre bens de consumo populares e o estabelecimento de uma “taxação progressiva” do capital, da terra e das heranças (Wagner 1871, p.501-506).

Nas décadas seguintes, o autor apresentou uma longa lista de tópicos que deveriam ser alvo das reformas sociais, entre os quais direitos trabalhistas, proteção de rendimentos em caso de dificuldades econômicas, reforma urbana, educação pública, direito ao voto, sistematização das finanças públicas, tributação progressiva e direitos das mulheres¹⁵ (Wagner 1912, p.21-22). Como visto anteriormente, ocorreria, segundo o autor, um processo de expansão simultânea e interdependente entre a melhoria das condições materiais e o desenvolvimento social, o “progresso da civilização”, associado a melhorias na educação, nos serviços públicos, na infraestrutura de transporte, na saúde pública, nas condições de trabalho. Todos esses bens e serviços seriam aprimorados e se tornariam mais acessíveis, permitindo e ao mesmo tempo provocando o progresso econômico.

Pois resulta do progresso da civilização que as demandas cresçam cada vez mais no que diz respeito às necessidades coletivas e culturais; estas devem ser satisfeitas de uma maneira mais geral, mais abundante, mais perfeita; elas devem se tornar mais acessíveis ao indivíduo, serem mais baratas e, se possível, gratuitas.

Por exemplo, que haja mais escolas, mais turmas e com menos alunos, mais professores especiais; que as instituições de tráfego sejam melhoradas, que haja mais estações de correios e de telégrafos, mais serviços de transporte, meios de transporte mais rápidos e seguros; que seja feito um estudo mais cuidadoso dos interesses de saúde da população, especialmente das classes mais baixas que não podem se proteger (saúde pública, inspeção de fábricas), que haja participação crescente das massas em bens importantes da civilização (instrução, educação, etc.) (Wagner 1912, p.398-399).

Assim como os demais “socialistas de cátedra”, como Gustav Schmoller, Lujo Brentano, Adolph Held e Albert Schäffle, Wagner considerava a economia como uma ciência primariamente ética (Wagner 1934, p.487-488; Backhaus 2018, p.58-59). Do ponto de vista ético, não seria viável nem a

¹⁵ Wagner (1886, p.122) argumentou que a limitação da liberdade absoluta de concorrência e o controle social sobre as empresas pode trazer benefícios para a sociedade como um todo.

existência de uma realidade econômica descolada do direito, da moral e dos costumes, nem a construção exclusiva de teorias econômicas que isolem os fenômenos econômicos dos culturais e políticos:

O ponto de vista ético em economia. Minha ideia, de forma resumida, procede da noção de que a economia política deve voltar a partilhar o caráter de uma ciência ética, para poder lidar apropriadamente com a questão social [...]. Desejo enfatizar as obrigações morais e, portanto, cristãs, que a riqueza, a educação e a posição social impõem, mesmo no tratamento da questão social de um ponto de vista econômico (Wagner 1871, p.489).

Um dos elementos fundamentais do pensamento do autor, e que era uma característica dos economistas históricos alemães de modo geral, é a defesa da impossibilidade de separar o pensamento econômico da reflexão ética. Para os autores relacionados à escola histórica, a teoria econômica precisa “conter a explicação histórica, teórico-cultural e ética para o fenômeno da economia” (Koslowski 1995, p.6).

5. Considerações finais

O artigo procurou interpretar diversas contribuições teóricas e metodológicas de Wagner. Na primeira parte do texto foram apresentadas as concepções do autor acerca da metodologia mais adequada para a economia política. Wagner procurou não se envolver diretamente na “batalha dos métodos”, mas realizou diversos comentários que devem ser entendidos no contexto do polêmico debate. O autor criticou a posição historicista extrema, injustamente associada a Schmoller, mas também criticou a redução da reflexão econômica a interesses privados, indicada por Menger. Wagner considerava que as ciências econômicas não podem se valer apenas do método abstrato e dedutivo, nem partir do indivíduo para tentar entender a vida econômica. Wagner foi ao encontro de Schmoller, argumentando que não seria possível realizar uma análise econômica apartada da história e da ética, porém procurou se afastar da nova escola histórica, de Schmoller, e não da escola histórica como um todo, argumentando que Schmoller e

seus aliados rejeitavam a elaboração de hipóteses sobre a economia independentes da análise histórica, ou seja, tentariam reduzir a reflexão sobre a economia à história econômica.

Na sequência, foi mostrado que Wagner elaborou uma concepção sofisticada acerca das relações entre o Estado e os mercados. O autor argumentou que os Estados nacionais e as economias nacionais se desenvolvem de maneira articulada e interdependente (em outras palavras, coevoluem), em um processo histórico de retroalimentação de longa duração. Nesse sentido, Wagner procurou endogenizar a atuação econômica do Estado, em vez de tomar a posição simplista de parte significativa do pensamento econômico, que considera o Estado exógeno e autônomo. Segundo o autor, o Estado desempenha um papel fundamental promovendo proteção social, educação, obras de infraestrutura e distribuição de renda. De acordo com Wagner, à medida que a própria sociedade vai se desenvolvendo, ela demanda mecanismos que a proteja dos abusos da lógica dos mercados. Desse ponto de vista, a restrição ao funcionamento dos mercados pode estar associada à ampliação da liberdade e do bem-estar dos indivíduos.

Por fim, Wagner adotou um ponto de vista no qual ética e economia política são inseparáveis. Advogou um Estado ativamente promotor do desenvolvimento, do bem-estar e da reforma social – em detrimento tanto do radicalismo revolucionário quanto do conservadorismo reacionário –, posição que caracterizava como socialismo de Estado. No contexto histórico do Império Alemão, não era entendida como uma contradição a defesa simultânea da “política social” e da “política global”, de busca por colônias e áreas de influência. O imperialismo era praticado e defendido inclusive por nações consideradas mais liberais e democráticas, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.

Um dos problemas presentes na obra de Wagner é a visão linear e eurocêntrica da história, presente em muitos autores do período, que era usada como justificativa para a dominação de povos rotulados como menos civilizados. Além disso, apesar de realizar análises sofisticadas e que antecederam importantes contribuições – especialmente da análise institucional – desenvolvidas ao longo do século XX, Wagner não foi capaz de realizar uma ampla síntese teórica, como fizeram Smith, Ricardo, Marx, Walras e Keynes, por exemplo. Talvez por isso as contribuições do autor não têm recebido ainda toda a atenção que merecem.

Referências

- Alcouffe, A. e M. Baslé. 2009. “Adolph Wagner: d’un engagement militant nationaliste à la co-évolution ‘privé-public’”. In: *La pensée économique allemande*, editado por Alcouffe, A. e C. Diebolt. Paris, Economica.
- Backhaus, J., Chaloupek, G. e H. Frambach. 2018. “Introduction”. In: *Gustav von Schmoller and Adolph Wagner: legacy and lessons for civil society and the State*, editado por Backhaus, J., Chaloupek, G. e H. Frambach. Cham, Springer.
- Backhaus, U. 2018. “Gustav Schmoller and Adolph Wagner: the idea of social justice in health care”. In: *Gustav von Schmoller and Adolph Wagner: legacy and lessons for civil society and the State*, editado por Backhaus, J., Chaloupek, G. e H. Frambach. Cham, Springer.
- Balabkins, N. 1993/1994. “Gustav Schmoller and the emergence of welfare capitalism”. *History of Economic Ideas*, Vol. 1, No. 3, Vol. 2, No. 1,
- Baslé, M. 2002. “Antécédents institutionnalistes méconnus ou connus de la théorie de la régulation”. In: *Théorie de la régulation: l’état des savoirs*, editado por Boyer, R. e Y. Saillard. Paris, La Découverte, Nouvelle édition complétée.
- Bruzzi Curi, L. 2017. “From ‘social economy’ to ‘national political economy’: German economic ideas in Brazil”. In: *The political economy of Latin American independence*, editado por Cunha, A. e C. Suprinyak. Londres, Routledge.
- Bruzzi Curi, L. 2019. “Adolph Wagner’s economic thought in Brazil: money and public finance in the turn of the 20th century”. *The European Journal of the History of Economic Thought*, Vol. 26, No. 3.
- Chaloupek, G. 2018. “Wagner’s law, money and the theory of financial crisis: Adolph Wagner’s early Viennese publications”. In: *Gustav von Schmoller and Adolph Wagner: legacy and lessons for civil society and the State*, editado por Backhaus, J., Chaloupek, G. e H. Frambach. Cham, Springer.
- Chavance, B. 2009. *Institutional economics*. Nova York: Routledge.
- Cunha, M. 2014. “Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã”. *História econômica & história de empresas*, Vol. 17 No. 1.
- Drechsler, W. 2016. “Kathedersozialismus and the German Historical School”. In: *Handbook of alternative theories of economic development*, editado por Reinert, E., Ghosh, J. e R. Kattel. Cheltenham, Edward Elgar.
- Fiori, J. 1999. “Estados, moedas e desenvolvimento”. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das ações*, editado por Fiori, J. Petrópolis, Vozes.
- Fischer, F. 1975. *War of illusions: German policies from 1911 to 1914*. Londres, Chatto & Windus.
- Forte, F. e C. Magazzino. 2018. “Wagner’s law, government size and economic growth: an empirical test and theoretical explanations for Italy 1861–2008”. In: *Gustav von Schmoller and Adolph Wagner: legacy and lessons for civil society and the State*, editado por Backhaus, J., Chaloupek, G. e H. Frambach. Cham, Springer.
- Fusfeld, D. 2008. “Methodenstreit”. In: *The new Palgrave dictionary of economics*, editado por Durlauf, S. e L. Blume. Nova York, Palgrave Macmillan.
- Grimmer-Solem, E. 2003. *The rise of historical economics and social reform in Germany 1864-1894*. Oxford, Oxford University Press.
- Grimmer-Solem, E. 2019. *Learning empire: globalization and the German quest for world status, 1875-1919*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hobsbawm, E. 1997. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. 1988. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. 2003. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Hodgson, G. 2001. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. Nova York, Routledge.

- Ikeda, Y. 2008. "The German historical school: toward the integration of the social sciences". *The History of Economic Thought*, Vol. 50, No. 1.
- Kemp, T. 2013. *Industrialization in nineteenth-century Europe*. Londres, Routledge.
- Koslowski, P. 1995. "Economics as ethical economy in the tradition of the Historical School: introduction". In: *The theory of ethical economy in the Historical School: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and contemporary theory*, editado por Koslowski, P. Berlin, Springer-Verlag.
- Lindenfeld, D. 1997. *The practical imagination: the German sciences of state in the nineteenth century*. Chicago, University of Chicago Press.
- Losurdo, D. 2006. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida, Ed. Idéias & Letras.
- Louzek, M. 2011. "The battle of methods in Economics: the classical Methodenstreit — Menger vs. Schmoller". *The American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 70, No. 2.
- Meerhaeghe, M. 2006. "Bismarck and the social question". *Journal of Economic Studies*, Vol. 33, No. 4.
- Menger, C. 1893 (1871). *Princípios de economia política*. São Paulo, Abril Cultural.
- Menger, C. 1985 (1883). *Investigations into the method of the Social Sciences with special reference to Economics*. Nova York e Londres, New York University Press.
- Menger, C. 1935 (1894). "Wilhelm Roscher". In: *The Collected Works of Carl Menger*. Londres, University of London Press, Vol. III, p. 278-79.
- Moore Junior, B. 1975. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa, Cosmos.
- Musgrave, R. e A. Peacock (Eds.). 1967. *Classics in the theory of public finance*. Londres, Macmillan.
- Myrdal, G. 1960. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, MEC.
- Pearson, H. 2002. "The German historical school of economics: what it was not and what it was". In: *The historicity of economics: continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th Century economics*, editado por Nau, H. e B. Schefold. Nova York, Springer.
- Pearson, H. 2008. "German Historical School". In: *The new Palgrave dictionary of economics*, editado por Durlauf, S. e L. Blume. Nova York, Palgrave Macmillan.
- Peukert, H. 2001. "Schmoller renaissance". *History of Political Economy*, Vol. 33, No. 1.
- Pitts, J. 2005. *A turn to empire: the rise of imperial liberalism in Britain and France*. Princeton, Princeton University Press.
- Polanyi, K. 1944. *The great transformation*. Nova York, Farrar & Rinehart.
- Ringer, F. 2001. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã 1890-1933*. São Paulo, Edusp.
- Roscher, W. 1843. *Grundriß zu vorlesungen uber die Staatswirthschaft, nach geschichtlicher methode*. Göttingen, Dieter.
- Samuels, W., Biddle, J. e J. Davis (Eds.). 2003. *A companion to the history of economic thought*. Oxford, Blackwell Publishing.
- Schmoller, G. 2004 (1873). "Review of Menger's Principles". In: *Hayek's challenge: an intellectual biography of F. A. Hayek*, editado por Caldwell, B. Chicago, The University of Chicago Press.
- Schmoller, G. 1883. "Menger und Dilthey: zur Methodologie der Staats- und Sozialwissenschaften". *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*, No. 7.
- Schmoller, G. 1893-1894 (1881). "The idea of justice in political economy". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 4.
- Schmoller, G. 1915 (1904). "On class conflict in general". *American Journal of Sociology*, Vol. 20, No. 4.
- Schmoller, G. 1905. *Principes d'économie politique*. Tomo I. Paris, V. Giard & E. Brière.
- Schumpeter, J. 2006 (1954). *History of economic analysis*. Londres, Routledge.

- Shionoya, Y. 2005. *The soul of the German Historical School. Methodological essays on Schmoller, Weber, and Schumpeter*. Boston, Springer Science.
- Tribe, K. 2003. “Historical schools of economics: German and English”. In: *A companion to the history of economic thought*, editado por Samuels, W., Biddle, J. e J. Davis. Oxford, Blackwell Publishing.
- Veblen, T. 2011 (1901). “Gustav Schmoller’s economics”. In: *Essential writings of Thorstein Veblen*, editado por Camic, C. e G. Hodgson. Londres, Routledge.
- Viner, J. 1963. “The economist in history”. *The American Economic Review*, Vol. 53, No. 2.
- Wagner, A. 1934 (1871). “Speech on the social question”. In: *Social Reformers. Adam Smith to John Dewey*, editado por Wagner, D. Nova York, The Macmillan Company.
- Wagner, A. 1967 (1883). “Three extracts on public finance”. In: *Classics in the theory of public finance*, editado por Musgrave, R. e A. Peacock. Londres, Macmillan.
- Wagner, A. 1886. “On the present state of Political Economy”. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 1, No. 1.
- Wagner, A. 1891. “Marshall’s principles of Economics”. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 5, No. 3.
- Wagner, A. 1892. *Grundlegung der Politischen Ökonomie*. Part 1, Vol. 1. Leipzig, C. F. Winter’sche Verlagshandlung.
- Wagner, A. 1893. *Grundlegung der Politischen Ökonomie*. Part 1, Vol. 2. Leipzig, C. F. Winter’sche Verlagshandlung.
- Wagner, A. 1894. *Grundlegung der Politischen Ökonomie*. Part 2. Leipzig, C. F. Winter’sche Verlagshandlung.
- Wagner, A. 1904. *Les fondements de l’Économie Politique*. Tomo I. Paris, V. Giard & E. Brière.
- Wagner, A. 1909. *Les fondements de l’Économie Politique*. Tomo II. Paris, V. Giard & E. Brière.
- Wagner, A. 1912. *Les fondements de l’Économie Politique*. Tomo III. Paris, V. Giard & E. Brière.
- Wagner, A. 1913. *Les fondements de l’Économie Politique*. Tomo IV. Paris, V. Giard & E. Brière.
- Wagner, A. 1914. *Les fondements de l’Économie Politique*. Tomo V. Paris, V. Giard & E. Brière.
- Wagner, D. 1934. “Adolph Wagner (1835-1917)”. In: *Social Reformers. Adam Smith to John Dewey*, editado por Wagner, D. Nova York, The Macmillan Company.
- Yamawaki, N. 1995. “Historicism and liberalism in Japan”. In: *The theory of ethical economy in the Historical School: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and contemporary theory*, editado por Koslowski, P. Berlin, Springer-Verlag.